

O GUIA DE ESTUDO REGULAR **FISCAL**

RESUMO

JURISPRUDÊNCIAS
DIREITO **TRIBUTÁRIO**

VINTEUM

RESUMO JURISPRUDÊNCIA

DIREITO TRIBUTÁRIO

REGULAR FISCAL 3.0

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
INFORMAÇÕES SOBRE O RESUMO DE JURISPRUDÊNCIAS	4
VINTEUM CONCURSOS	6
SÚMULAS VINCULANTES EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA.....	7
SÚMULAS E ENTENDIMENTOS JURISPRUDENCIAIS (STF E STJ)	9
PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS	9
IMUNIDADES.....	10
TAXAS.....	14
CONTRIBUIÇÕES	17
OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	20
CRÉDITO TRIBUTÁRIO	21
COMPENSAÇÃO	26
ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	27
IMPOSTOS FEDERAIS.....	30
IMPOSTO DE RENDA (IR)	30
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS (IPI)	32
IMPOSTOS ESTADUAIS.....	33
ICMS.....	33
ITCD.....	39
IPVA	41
IMPOSTOS MUNICIPAIS.....	42
ISS	42
IPTU.....	46
ITBI	49
OUTROS TEMAS	51

APRESENTAÇÃO

**Andrety Bruno**

Sou Auditor Fiscal da Receita Estadual de Alagoas (SEFAZ/AL). Sou formado em Comércio Exterior e Pós-graduado em Direito Tributário.

Segue **cupom** de desconto no site **TEC Concursos**: **andretybruno10**

Bons estudos!



<https://www.instagram.com/andretybruno/>

Aprovações:

- **Auditor Fiscal** da Secretaria de Fazenda de Alagoas (**SEFAZ/AL**).
- **Auditor Fiscal** da Secretaria de Fazenda de Goiás (**SEFAZ/GO**).
- **Auditor Fiscal** da Prefeitura de São Luís-MA (**ISS São Luís**).
- **Técnico Adm.** do Ministério Público do Maranhão (**MPE/MA**).
- **Técnico Judiciário** do Tribunal de Justiça do Piauí (**TJ/PI**).

Para auxiliar na confecção desse arquivo bônus, contamos com a ajuda de minha querida esposa:

**Andressa Medeiros**

Servidora do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (TRT 16). Sou Formada em **Direito** pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e Pós-graduada em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho.

Aprovações:

- Analista Judiciário: Tribunal de Justiça do Piauí (TJ/PI).
- Técnico Judiciário: Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (TRT 16).
- Agente de Pesquisa e Mapeamento do IBGE.
- Exame da Ordem dos Advogados (OAB).

"O cavalo prepara-se para o dia da batalha, mas do Senhor vem a vitória."
(Provérbios 21:31)

INFORMAÇÕES SOBRE O RESUMO DE JURISPRUDÊNCIAS

Fala, galera!

Esse é um dos arquivos bônus para quem adquiriu nosso [Guia de Estudo - Fiscal 3.0](#).

Preparamos esse **Resumo de Jurisprudência em Direito Tributário** levando em consideração algumas premissas:

- **Jurisprudências recentes.**
- **Jurisprudências já cobradas em provas.**
- **Súmulas e Entendimentos Jurisprudenciais do STF e STJ.**

Algumas informações importantes:

- **Ordenamos as Súmulas por ordem crescente de número** (por exemplo, SV 12, 19, 21, 24, 28... etc).
- Ordenamos os **Entendimentos Jurisprudenciais** por data de publicação (do mais recente para o mais antigo).

Exemplo prático:

As receitas brutas operacionais decorrentes da atividade empresarial típica das instituições financeiras integram a base de cálculo PIS/COFINS cobrado em face daquelas ante a Lei nº 9.718/98, mesmo em sua redação original, ressalvadas as exclusões e deduções legalmente prescritas.

STF. Plenário. RE 609.096/RS, relator Ministro Ricardo Lewandowski, redator do acórdão Ministro Dias Toffoli, julgamento virtual finalizado em 12.6.2023. Informativo 1098.

A instituição de taxa de fiscalização do funcionamento de torres e antenas de transmissão e recepção de dados e voz é de competência privativa da União, nos termos do art. 22, IV, da Constituição Federal, não competindo aos Municípios instituir referida taxa.

STF. Plenário. RE 776594/SP, relator Ministro Dias Toffoli, julgamento em 2.12.2022 (Info 1078).

O **primeiro Entendimento** Jurisprudencial é de **12/06/2023**. O **segundo**, de **02/12/2022**. Ou seja, por **ordem decrescente da data de publicação** (do mais recente para o mais antigo).

Em **CRÉDITO TRIBUTÁRIO**, agrupamos **Súmulas e Entendimentos Jurisprudenciais** utilizando a subdivisão do CTN, conforme detalhado abaixo:

- Crédito Tributário (arts. 139 a 193 do CTN)
 - Disposições Gerais do Crédito Tributário (arts. 139 a 141 do CTN)
 - Lançamento e Constituição do Crédito Tributário (arts. 142 a 150 do CTN)
 - Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário (arts. 151 a 155-A do CTN)
 - Extinção do Crédito Tributário (arts. 156 a 174 do CTN)
 - Exclusão do Crédito Tributário (arts. 175 a 182 do CTN)
 - Tópicos mesclados de extinção, exclusão e suspensão do crédito tributário
 - Garantias e Privilégios do Crédito Tributário (arts. 183 a 193 do CTN)

Obviamente, não colocamos todos os temas possíveis. Há um filtro daquilo que tem mais chances de cobrança em concursos fiscais. Mas, **trata-se de um apanhado bem completo que vai ajudar em seus estudos**.

É um Resumo feito com olhar tipicamente de concurseiro, indo direto ao que **mais interessa**, de forma a tornar sua preparação mais assertiva e focada naquilo que tem mais chances de cobrança.

Bons estudos!

Fazemos menção ao site **DIZER O DIREITO** por democratizar e facilitar o estudo de Jurisprudências, com farto material gratuito e de muita qualidade.

OBS.: caso encontrem algum erro e/ ou inconsistência nas informações deste arquivo, por favor, relatar via email indicado abaixo:

contato@andreytybruno.com.br

VINTEUM CONCURSOS

E aí, galera. Passando para contar uma novidade para vocês.

A partir do Guia de Estudo - Fiscal 3.0, passaremos a adotar o nome da empresa: **VINTEUM CONCURSOS**.

Antes, os Guias ficavam com meu nome (Andrety Bruno). Todavia, o projeto que teve um início bem modesto, cresceu.

Atualmente, algumas pessoas fazem parte de **nossa equipe** e, por isso, nada mais justo que usar a marca da empresa em nossos Guias de Estudo.

Mas, afinal, **de onde surgiu o nome VINTEUM?**

O nome foi escolhido por meu irmão (e sócio) Mayke Teixeira por dois motivos:

- 01) Iniciamos o projeto no **ano de 2021** (precisamente, em Maio de 2021 - com o Guia de Estudo da SEFAZ/CE).
- 02) A frase que sempre usamos em nossos Guias: **"O Cavalo prepara-se para o dia da batalha, mas do Senhor, vem a vitória."** Esse é um versículo da Bíblia, do livro de Provérbios, **Capítulo 21**.

Por esses motivos, criamos a marca **VINTEUM**. Na verdade, desde meados de 2022 é o nome adotado pela empresa. Todavia, apenas agora, passaremos a usar de forma mais pública e em nossos materiais.

O nome mudou. A dedicação, empenho, ética e honestidade que imprimimos em cada um de nossos materiais, seguem firmes.

Por hora, nosso site segue como www.andretybruno.com.br

Que Deus nos abençoe e conte com nossa ajuda nos estudos, especialmente aos alunos que confiam em nosso trabalho.

Andrety Bruno

SÚMULAS VINCULANTES EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA

Súmula Vinculante STF nº 12

A cobrança de **taxa de matrícula** nas universidades públicas **viola o disposto no art. 206, IV**, da Constituição Federal.

Súmula Vinculante STF nº 19

A **taxa** cobrada **exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo** ou resíduos provenientes de imóveis, **não viola o artigo 145, II, da constituição federal**.

Súmula Vinculante STF nº 21

É **inconstitucional** a **exigência de depósito ou arrolamento prévios** de dinheiro ou bens para admissibilidade de **recurso administrativo**.

Súmula Vinculante STF nº 24

Não se tipifica **crime** material contra a **ordem tributária**, previsto no art. 1º, incisos I a IV, da Lei nº 8.137/90, **antes** do **lançamento definitivo** do tributo.

Súmula Vinculante STF nº 28

É **inconstitucional** a **exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade** de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário.

Súmula Vinculante STF nº 29

É **constitucional** a adoção, no cálculo do valor de taxa, **de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto**, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.

Súmula Vinculante STF nº 31

É **inconstitucional** a **incidência** do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS sobre operações de **locação de bens móveis**.

Súmula Vinculante STF nº 32

O ICMS **não incide** sobre **alienação de salvados de sinistro** pelas seguradoras.

Súmula Vinculante STF nº 40

A **contribuição confederativa** de que trata o art. 8º, IV, da Constituição Federal, **só é exigível dos filiados ao sindicato respectivo**.

Súmula Vinculante STF nº 41

O **serviço de iluminação pública** **não pode** ser remunerado mediante **taxa**.

Súmula Vinculante STF nº 48

Na **entrada de mercadoria importada** do exterior, é **legítima a cobrança do ICMS** por ocasião do **desembaraço aduaneiro**.

Súmula Vinculante STF nº 50

Norma legal que **altera o prazo de recolhimento** de obrigação tributária **não se sujeita** ao princípio da **anterioridade**.

Súmula Vinculante STF nº 52

Ainda quando alugado a terceiros, permanece imune ao IPTU o imóvel pertencente a qualquer das entidades referidas pelo art. 150, VI, "c", da Constituição Federal, **desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades para as quais tais entidades foram constituídas**.

Súmula Vinculante STF nº 57

A **imunidade tributária** constante do art. 150, VI, d, da CF/88 **aplica-se à importação e comercialização**, no mercado interno, **do livro eletrônico (e-book) e dos suportes exclusivamente utilizados para fixá-los**, como leitores de livros eletrônicos (e-readers), **ainda que possuam funcionalidades acessórias**.

Súmula Vinculante STF nº 58

Inexiste direito a **crédito presumido de IPI** relativamente à entrada de insumos **isentos, sujeitos à alíquota zero ou não tributáveis**, **o que não contraria o princípio da não cumulatividade**.

SÚMULAS E ENTENDIMENTOS JURISPRUDENCIAIS (STF E STJ)

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS

Por configurar majoração tributária indireta, o redimensionamento dos coeficientes de redução das alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS promovido pelos Decretos 9.101/2017 e 9.112/2017 submete-se à anterioridade nonagesimal (CF/1988, art. 195, § 6º).

STF. Plenário. RE 1.390.517/PE, Rel. Min. Rosa Weber, julgado em 12/04/2023 (Info 1090).

Não viola o princípio da não cumulatividade (art. 155, §2º, incisos I e XII, alínea c, da CF/88) lei complementar que prorroga a compensação de créditos de ICMS relativos a bens adquiridos para uso e consumo no próprio estabelecimento do contribuinte.

Conforme o art. 150, III, "c", da CF/88, o princípio da anterioridade nonagesimal aplica-se somente para leis que instituem ou majoram tributos, não incidindo relativamente às normas que prorrogam a data de início da compensação de crédito tributário.

STF. Plenário. RE 601967, Rel. Marco Aurélio, Relator(a) p/ Acórdão: Alexandre de Moraes, julgado em 18/08/2020.

Aplica-se o princípio da anterioridade tributária, geral e nonagesimal, nas hipóteses de redução ou de supressão de benefícios ou de incentivos fiscais, haja vista que tais situações configuram majoração indireta de tributos.

STF. Plenário. RE 564225 AgR-EDv-AgR, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 20/11/2019.

As condições para a concessão de parcelamento tributário devem estrita observância ao princípio da legalidade. Logo, não é possível que atos infralegais imponham condições não previstas na lei de regência do benefício.

STJ. 1ª Turma. REsp 1.739.641-RS, Rel. Min. Gurgel de Faria, julgado em 21/06/2018 (Info 629).

IMUNIDADES

STF Súmula nº 75

Sendo Vendedora uma **autarquia**, a **sua imunidade fiscal** não compreende o **imposto de transmissão "inter vivos"**, que é encargo do comprador.

STF Súmula nº 76

As **sociedades de economia mista** não estão protegidas pela **imunidade fiscal** do Art. 31, V, "a", Constituição Federal.

STF Súmula nº 324

A imunidade do Art. 31, V, da Constituição Federal **não compreende as taxas**.

STF Súmula nº 336

A **imunidade da autarquia financiadora**, quanto ao contrato de financiamento, **não se estende a compra e venda entre particulares**, embora constantes os dois atos de um só instrumento.

STJ Súmula nº 352

A **obtenção ou a renovação** do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) **não exige** a entidade do **cumprimento dos requisitos legais** supervenientes.

STF Súmula nº 591

A **imunidade ou a isenção tributária** do comprador **não se estende ao produtor**, contribuinte do imposto sobre produtos industrializados.

STJ Súmula nº 612

O certificado de entidade beneficente de assistência social (CEBAS), no prazo de sua validade, **possui natureza declaratória** para fins tributários, **retroagindo seus efeitos à data em que demonstrado o cumprimento dos requisitos** estabelecidos por lei complementar para a fruição da imunidade.

STF Súmula nº 657

A imunidade prevista no Art. 150, VI, d, da CF **abrange os filmes e papéis fotográficos** necessários à publicação de **jornais periódicos**.

STF Súmula nº 730

A **imunidade tributária** conferida a instituições de assistência social sem fins lucrativos pelo art. 150, VI, "c", da Constituição, **somente alcança as entidades fechadas de previdência social privada se não houver contribuição dos beneficiários.**

Os atos de cancelamento da imunidade tributária pela ausência do preenchimento dos requisitos são dotados de carga declaratória, retroagindo à data em que estes deixaram de ser observados.

STJ. 2ª Turma. AgInt nos EDcl no AREsp 1.878.937-RJ, Rel. Min. Herman Benjamin, julgado em 23/5/2023 (Informativo 777).

Sociedade de economia mista estadual prestadora exclusiva do serviço público de abastecimento de água potável e coleta e tratamento de esgotos sanitários faz jus à imunidade tributária recíproca sobre impostos federais incidentes sobre patrimônio, renda e serviços.

STF. Plenário. ACO 3410/SE, relator Min. Roberto Barroso, julgamento em 20.4.2022 (info 1051).

As entidades religiosas podem se caracterizar como instituições de assistência social a fim de se beneficiarem da imunidade tributária prevista no art. 150, VI, 'c', da Constituição, que abrangerá não só os impostos sobre o seu patrimônio, renda e serviços, mas também os impostos sobre a importação de bens a serem utilizados na consecução de seus objetivos estatutários.

STF. Plenário. RE 630790/SP, Rel. Min. Roberto Barroso, julgado em 18/3/2022 (Info 1047).

É constitucional a exclusão dos bens de informática dos incentivos fiscais previstos para a Zona Franca de Manaus, promovida pela Lei nº 8.387/91.

STF. Plenário. ADI 2399/AM, Rel. Min. Marco Aurélio, redator do acórdão Min. Dias Toffoli, julgado em 11/2/2022 (Info 1043).

As empresas públicas e as sociedades de economia mista delegatárias de serviços públicos essenciais, que não distribuam lucros a acionistas privados nem ofereçam risco ao equilíbrio concorrencial, são beneficiárias da imunidade tributária recíproca prevista no artigo 150, VI, a, da Constituição Federal, independentemente de cobrança de tarifa como contraprestação do serviço.

STF. Plenário. RE 1320054 RG, Rel. Ministro Luiz Fux, julgado em 06/05/2021.

A imunidade assegurada pelo art. 150, VI, “c”, da Constituição da República aos partidos políticos, inclusive suas fundações, às entidades sindicais dos trabalhadores e às instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, que atendam aos requisitos da lei, alcança o IOF, inclusive o incidente sobre aplicações financeiras.

STF. Plenário. RE 611510/SP, Rel. Min. Rosa Weber, julgado em 12/4/2021 (Info 1012).

Sociedade de economia mista, cuja participação acionária é negociada em Bolsas de Valores, e que, inequivocamente, está voltada à remuneração do capital de seus controladores ou acionistas, não está abrangida pela regra de imunidade tributária prevista no art. 150, VI, “a”, da Constituição, unicamente em razão das atividades desempenhadas.

STF. Plenário. RE 600867, Rel. Joaquim Barbosa, julgado em 29/06/2020 (Info 993).

A imunidade tributária recíproca (art. 150, VI, “a”, da Constituição) impede que os entes públicos criem uns para os outros obrigações relacionadas à cobrança de impostos, mas não veda a imposição de obrigações acessórias.

STF. Plenário. ACO 1098, Rel. Roberto Barroso, julgado em 11/05/2020.

A imunidade tributária gozada pela OAB é da espécie recíproca (art. 150, VI, “a” da CF/88), na medida em que a OAB desempenha atividade própria de Estado (defesa da Constituição, da ordem jurídica do Estado democrático de direito, dos direitos humanos, da justiça social, bem como a seleção e controle disciplinar dos advogados).

STF. Plenário. RE 259976 AgR, Rel. Min. Joaquim Barbosa, julgado em 23/03/2010.

As Caixas de Assistência de Advogados encontram-se tuteladas pela imunidade recíproca prevista no art. 150, VI, “a”, da Constituição Federal.

STF. Plenário. RE 405267/MG, Rel. Min. Edson Fachin, julgado em 6/9/2018 (Info 914).

A imunidade recíproca, prevista no art. 150, VI, “a”, da Constituição Federal, não se estende a empresa privada arrendatária de imóvel público, quando seja ela exploradora de atividade econômica com fins lucrativos. Nessa hipótese é constitucional a cobrança do IPTU pelo Município.

STF. Plenário. RE 594015/DF, Rel. Min. Marco Aurélio, julgado em 6/4/2017 (Info 860).

A imunidade tributária constante do art. 150, VI, “d”, da Constituição Federal (CF), aplica-se ao livro eletrônico (“e-book”), inclusive aos suportes exclusivamente utilizados para fixá-lo.

STF. Plenário. RE 330817/RJ, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 8/3/2017 (Info 856).

A imunidade da alínea “d” do inciso VI do art. 150 da CF/88 alcança componentes eletrônicos destinados, exclusivamente, a integrar unidade didática com fascículos.

STF. Plenário. RE 595676/RJ, Rel. Min. Marco Aurélio, julgado em 8/3/2017 (Info 856).

A lei complementar é forma exigível para a definição do modo beneficente de atuação das entidades de assistência social contempladas pelo art. 195, § 7º, da CF, especialmente no que se refere à instituição de contrapartidas a serem por elas observadas.

STF. Plenário. ADI 2028/DF, ADI 2036/DF, ADI 2228/DF, rel. orig. Min. Joaquim Barbosa, red. p/ o ac. Min. Rosa Weber, julgados em 23/2 e 2/3/2017 (Info 855).

A imunidade tributária subjetiva aplica-se a seus beneficiários na posição de contribuinte de direito, mas não na de simples contribuinte de fato, sendo irrelevante, para a verificação da existência do beneplácito constitucional, a repercussão econômica do tributo envolvido.

STF. Plenário. RE 608872/MG, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 22 e 23/2/2017 (Info 855).

Os requisitos para o gozo de imunidade não de estar previstos em lei complementar.

STF. Plenário. RE 566622, Rel. Min. Marco Aurélio, julgado em 23/02/2017 (repercussão geral).

A imunidade tributária recíproca não exonera o sucessor das obrigações tributárias relativas aos fatos jurídicos tributários ocorridos antes da sucessão (aplicação “retroativa” da imunidade tributária).

STF. Plenário. RE 599176/PR, Rel. Min. Joaquim Barbosa, julgado em 5/6/2014 (Info 749).

Somente as entidades fechadas de previdência social privada nas quais não há contribuição dos beneficiários gozam de imunidade tributária (Súmula 730 do STF).

STF. 1ª Turma. RE 163164 AgR/SP, rel. Min. Dias Toffoli, 12/6/2012 (Info 670).

A entidade que goza de imunidade tributária tem o dever de cumprir as obrigações acessórias, dentre elas a de manter os livros fiscais.

STF. 1ª Turma. RE 250844/SP, rel. Min. Marco Aurélio, 29/5/2012

TAXAS

STF Súmula nº 545

Preços de serviços públicos e taxas não se confundem, porque estas, diferentemente daqueles, são compulsórias e têm sua cobrança condicionada à prévia autorização orçamentária, em relação à lei que as instituiu.

STF Súmula nº 595

É **inconstitucional** a taxa municipal de conservação de estradas de rodagem cuja base de cálculo seja idêntica a do imposto territorial rural.

STF Súmula nº 665

É **constitucional** a Taxa de Fiscalização dos Mercados de Títulos e Valores Mobiliários instituída pela Lei 7.940/89.

STF Súmula nº 667

Viola a **garantia constitucional** de acesso à jurisdição a taxa judiciária calculada sem limite sobre o valor da causa.

STF Súmula nº 670

O serviço de **iluminação pública** não pode ser remunerado mediante taxa.

É inconstitucional - por violar a competência da União privativa para legislar sobre energia (CF/1988, art. 22, IV) e exclusiva para fiscalizar os serviços de energia e editar suas normas gerais sobre sua transmissão (CF/1988, arts. 21, XII, "b"; e 175) - norma municipal que, sob o fundamento do exercício do poder de polícia, institui taxa em razão da fiscalização da ocupação e da permanência de postes instalados em suas vias públicas.

STF. Plenário. ADPF 512/DF, relator Ministro Edson Fachin, julgamento em 19.05.2023 (Info 1095).

A instituição de taxa de fiscalização do funcionamento de torres e antenas de transmissão e recepção de dados e voz é de competência privativa da União, nos termos do art. 22, IV, da Constituição Federal, não competindo aos Municípios instituir referida taxa.

STF. Plenário. RE 776594/SP, relator Ministro Dias Toffoli, julgamento em 2.12.2022 (Info 1078).

É inconstitucional a cobrança de taxa de segurança para eventos, visto que a segurança pública deve ser remunerada por meio de impostos, já que constitui serviço geral e indivisível, devido a todos os cidadãos, independentemente de contraprestação.

STF. Plenário. ADI 2692/DF, relator Min. Nunes Marques, julgamento em 30.9.2022 (Info 1070).

É válida a cobrança das custas judiciais e emolumentos tendo por parâmetro o valor da causa ou do bem ou negócio objeto dos atos judiciais e extrajudiciais, desde que definidos limites mínimo e máximo e mantida uma razoável e proporcional correlação com o custo da atividade.

STF. Plenário. ADI 2846/TO, relator Min. Ricardo Lewandowski, julgamento em 13.9.2022 (Info 1067).

É constitucional a instituição, por meio de lei estadual, de taxas de controle, monitoramento e fiscalização de atividades de pesquisa, lavra, exploração e aproveitamento de recursos minerários (TFRM).

STF. Plenário. ADI 4785/MG, relator Min. Edson Fachi, julgamento em 1.8.2022 (Info 1062).

A base de cálculo das taxas minerárias deve guardar razoável proporcionalidade entre a quantidade de minério extraído e o dispêndio de recursos públicos com a fiscalização dos contribuintes, observados os princípios da proibição do confisco e da precaução ambiental.

STF. Plenário. ADI 4785/MG, relator Min. Edson Fachi, julgamento em 1.8.2022 (Info 1062).

É legítima a cobrança das custas judiciais e das taxas judiciárias tendo por parâmetro o valor da causa, desde que fixados valores mínimos e máximos.

STF. Plenário. ADI 5688/PB, Rel. Min. Edson Fachin, julgado em 22/10/2021 (Info 1035).

É constitucional a instituição de taxa pela qual observada equivalência razoável entre o valor exigido do contribuinte e os custos referentes ao exercício do poder de polícia, nos termos do art. 145, II, da Constituição Federal.

STF. Plenário. ADI 6737/PR, Rel. Min. Carmem Lúcia, julgado em 7/6/2021 (Info 1020).

É inconstitucional lei estadual que cria taxa de fiscalização da exploração de recursos hídricos na qual o valor cobrado é muito superior em relação ao custo da atividade estatal relacionada.

STF. Plenário. ADI 6211/AP, Rel. Min. Marco Aurélio, julgado em 4/12/2019 (Info 962).

A segurança pública, presentes a prevenção e o combate a incêndios, faz-se, no campo da atividade precípua, pela unidade da Federação, e, porque serviço essencial, tem como a viabilizá-la a arrecadação de impostos, não cabendo ao Município a criação de taxa para tal fim.

STF. Plenário. RE 643247/SP, Rel. Min. Marco Aurélio, julgado em 1º/8/2017 (Info 871).

As taxas municipais de fiscalização e funcionamento não podem ter como base de cálculo o número de empregados ou ramo de atividade exercida pelo contribuinte.

STF. 2ª Turma. ARE 990914/SP, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 20/6/2017 (Info 870).

Não viola a legalidade tributária a lei que, prescrevendo o teto, possibilita o ato normativo infralegal fixar o valor de taxa em proporção razoável com os custos da atuação estatal, valor esse que não pode ser atualizado por ato do próprio conselho de fiscalização em percentual superior aos índices de correção monetária legalmente previstos.

STF. Plenário. RE 838284/SC, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 19/10/2016 (Info 844).

A taxa de fiscalização e funcionamento pode ter como base de cálculo a área de fiscalização, na medida em que traduz o custo da atividade estatal de fiscalização.

STF. 1ª Turma. RE 856185 AgR, Rel. Min. Roberto Barroso, julgado em 04/08/2015.

São inconstitucionais a instituição e a cobrança de taxas por emissão ou remessa de carnês/guias de recolhimento de tributos.

STF. Plenário. RE 789.218/MG, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 17/04/2014 (Info 753).

CONTRIBUIÇÕES

As receitas brutas operacionais decorrentes da atividade empresarial típica das instituições financeiras integram a base de cálculo PIS/COFINS cobrado em face daquelas ante a Lei nº 9.718/98, mesmo em sua redação original, ressalvadas as exclusões e deduções legalmente prescritas.

STF. Plenário. RE 609.096/RS, relator Ministro Ricardo Lewandowski, redator do acórdão Ministro Dias Toffoli, julgamento virtual finalizado em 12.6.2023. Informativo 1098.

O legislador ordinário possui autonomia para disciplinar a não cumulatividade a que se refere o art. 195, § 12, da CF/1988, respeitados os demais preceitos constitucionais, como a matriz constitucional das contribuições ao PIS e Cofins e os princípios da razoabilidade, da isonomia, da livre concorrência e da proteção à confiança.

STF. Plenário. RE 841979/PE, relator Ministro Dias Toffoli, julgamento em 25.11.2022 (Info 1077)

É inconstitucional, por afronta ao princípio da legalidade estrita, a majoração da base de cálculo de contribuição social por meio de ato infralegal.

STF. Plenário. RE 1381261/RS, relator Min. Dias Toffoli, julgamento em 5.8.2022 (Info 1062).

É constitucional a inclusão dos valores retidos pelas administradoras de cartões na base de cálculo das contribuições ao PIS e da COFINS devidas por empresa que recebe pagamentos por meio de cartões de crédito e débito.

STF. Plenário. RE 1049811/SE, relator Min. Marco Aurélio, julgamento em 18.3.2022 (Info 1047).

A base de cálculo da contribuição prevista pelo artigo 1º da Lei Complementar 110/2001 é compatível com o texto constitucional, mesmo após o advento da Emenda Constitucional 33/2001.

STF. Plenário. RE 1317786/PE, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 4/2/2022 (Info 1042).

O valor total recebido por empresa, mediante venda por meio de cartão de crédito ou débito, ainda que uma parte desse montante seja repassado à administradora do cartão, se insere na base de cálculo das contribuições para o PIS e para a COFINS.

STF. Plenário. RE 1049811/SE, Rel. Min. Marco Aurélio, redator do acórdão Min. Alexandre de Moraes, julgado em 18/3/2022 (Info 1047).

É constitucional a inclusão do valor do IPI incidente nas operações de venda feitas por fabricantes ou importadores de veículos na base de cálculo presumida fixada para propiciar, em regime de substituição tributária, a cobrança e o recolhimento antecipados, na forma do art. 43 da Medida Provisória nº 2.158-35/2001, de contribuições para o PIS e da Cofins devidas pelos comerciantes varejistas.

STF. Plenário. RE 605506/RS, Rel. Min. Rosa Weber, julgado em 10/11/2021 (Info 1037).

Configura ilegalidade exigir das empresas prestadoras de serviços de telefonia a base de cálculo da Contribuição ao PIS e da Cofins integrada com os montantes concernentes ao uso da estrutura de terceiros - interconexão e roaming.

STJ. 1ª Turma. REsp 1.599.065-DF, Rel. Min. Regina Helena Costa, julgado em 09/11/2021 (Info 717).

É incabível o aproveitamento de crédito da Contribuição ao PIS e da COFINS decorrentes de aquisição de insumos sujeitos à alíquota zero, quando ocorrerem saídas tributadas.

STJ. 1ª Turma. REsp 1.423.000-PR, Rel. Min. Gurgel de Faria, julgado em 09/11/2021 (Info 718).

Os valores recolhidos a título de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - CPRB integram a base de cálculo do PIS e da COFINS.

STJ. 1ª Turma. REsp 1.945.068-RS, Rel. Min. Manoel Erhardt (Desembargador convocado do TRF da 5ª Região), julgado em 05/10/2021 (Info 712).

As empresas e as cooperativas que exercem função intermediária de fornecimento de insumos e usufruem da suspensão da incidência das contribuições incidentes sobre a receita da sua comercialização não têm direito ao aproveitamento de créditos, à luz da vedação contida no art. 8º, § 4º, inciso II, da Lei nº 10.925/2004.

STJ. 1ª Turma. REsp 1.445.843-RS, Rel. Min. Gurgel de Faria, julgado em 05/10/2021 (Info 713).

É constitucional a inclusão do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS na base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta – CPRB.

STF. Plenário. RE 1285845/RS, Rel. Min. Marco Aurélio, redator do acórdão Min. Alexandre de Moraes, julgado em 18/6/2021 (Info 1022).

São inconstitucionais os arts. 47 e 48 da Lei 11.196/2005, que vedam a apuração de créditos de PIS/Cofins na aquisição de insumos recicláveis.

STF. Plenário. RE 607109/PR, Rel. Min. Rosa Weber, redator do acórdão Min. Gilmar Mendes, julgado em 7/6/2021 (Info 1020).

As receitas de royalties provenientes de atividades próprias da cooperativa de desenvolvimento científico e tecnológico de pesquisa agropecuária devem integrar a base de cálculo das contribuições ao PIS e da COFINS.

STJ. 1ª Turma. REsp 1.520.184-PR, Rel. Min. Benedito Gonçalves, julgado em 04/05/2021 (Info 695).

A técnica de creditamento, em regra, não se coaduna com o regime monofásico da contribuição ao PIS e COFINS, só sendo excepcionada quando expressamente prevista pelo legislador.

STJ. 1ª Seção. EDv nos EAREsp 1.109.354/SP, Rel. Min. Gurgel de Faria, julgado em 14/04/2021 (Info 692).

É constitucional a contribuição de intervenção no domínio econômico destinada ao INCRA devida pelas empresas urbanas e rurais, inclusive após o advento da EC nº 33/2001.

STF. Plenário. RE 630898/RS, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 7/4/2021 (Info 1012).

É constitucional a inclusão do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS na base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta – CPRB.

STF. Plenário. RE 1187264/SP, Rel. Min. Marco Aurélio, redator do acórdão Min. Alexandre de Moraes, julgado em 24/2/2021 (Info 1006).

É constitucional a aplicação dos recursos arrecadados por meio de contribuição para o custeio da iluminação pública na expansão e aprimoramento da rede.

STF. Plenário. RE 666404, Rel. Marco Aurélio, Relator(a) p/ Acórdão: Alexandre de Moraes, julgado em 18/08/2020.

Não há reserva de lei complementar para o repasse do PIS e COFINS ao usuário de serviços públicos concedidos, tais como telefonia e energia elétrica, cobrado nas respectivas faturas.

STF. Plenário. RE 1.053.574/RS, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgado em 25/10/2019.

São compatíveis com a Constituição Federal os dispositivos da Lei nº 13.467/2017 (Reforma Trabalhista) que extinguiram a obrigatoriedade da contribuição sindical e condicionaram o seu pagamento à prévia e expressa autorização dos filiados.

STF. Plenário. ADI 5794/DF, Rel. Min. Edson Fachin, red. p/ o ac. Min. Luiz Fux, julgado em 29/6/2018 (Info 908).

OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

STJ Súmula nº 396

A **Confederação Nacional da Agricultura** tem **legitimidade ativa** para a cobrança da contribuição sindical rural.

STJ Súmula nº 430

O **inadimplemento** da obrigação tributária pela sociedade **não gera, por si só**, a **responsabilidade solidária** do sócio-gerente

STJ Súmula nº 435

Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que **deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação** aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.

STJ Súmula nº 554

Na hipótese de **sucessão empresarial**, a **responsabilidade da sucessora** abrange não apenas os **tributos devidos** pela sucedida, mas também as **multas moratórias ou punitivas** referentes a fatos geradores ocorridos até a data da sucessão.

É inconstitucional lei estadual que disciplina a responsabilidade de terceiros por infrações de forma diversa da matriz geral estabelecida pelo Código Tributário Nacional (CTN).

Há, neste caso, uma inconstitucionalidade formal.

Ao ampliar as hipóteses de responsabilidade de terceiros por infrações, prevista pelos arts. 134 e 135 do CTN, ou tratar sobre o tema de maneira diferente, a lei estadual invade competência do legislador complementar federal para estabelecer as normas gerais na matéria (art. 146, III, “b”, da CF/88).

STF. Plenário. ADI 4845/MT, Rel. Min. Roberto Barroso, julgado em 13/2/2020 (Info 966).

As entidades dos serviços sociais autônomos não possuem legitimidade passiva nas ações judiciais em que se discute a relação jurídico-tributária entre o contribuinte e a União e a repetição de indébito das contribuições sociais recolhidas.

STJ. 1ª Seção. EREsp 1.619.954-SC, Rel. Min. Gurgel de Faria, julgado em 10/04/2019 (Info 646).

CRÉDITO TRIBUTÁRIO

STJ Súmula nº 112

O depósito somente **suspende a exigibilidade** do crédito tributário se for integral e em dinheiro.

STJ Súmula nº 162

Na repetição de indébito tributário, a **correção monetária** incide **a partir do pagamento indevido**.

STJ Súmula nº 188

Os **juros moratórios**, na repetição do indébito tributário, são **devidos a partir do trânsito em julgado** da sentença.

STJ Súmula nº 314

Em **execução fiscal**, não localizados bens penhoráveis, **suspende-se o processo por um ano**, findo o qual se inicia o **prazo da prescrição quinquenal intercorrente**.

STJ Súmula nº 360

O benefício da **denúncia espontânea** **não se aplica** aos tributos sujeitos a lançamento por homologação **regularmente declarados, mas pagos a destempo**.

STF Súmula nº 417

Pode ser objeto de restituição, na falência, dinheiro em poder do falido, recebido em nome de outrem, ou do qual, por lei ou contrato, não tivesse ele a disponibilidade.

STJ Súmula nº 436

A entrega de **declaração** pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal **constitui o crédito tributário, dispensando qualquer outra providência** por parte do fisco.

STJ Súmula nº 446

Declarado e não pago o débito tributário pelo contribuinte, é **legítima a recusa de expedição de certidão** negativa ou positiva com efeito de negativa.

STJ Súmula nº 523

A taxa de juros de mora incidente na repetição de indébito de tributos estaduais deve corresponder à utilizada para cobrança do tributo pago em atraso, sendo legítima a incidência da taxa Selic, em ambas as hipóteses, quando prevista na legislação local, vedada sua cumulação com quaisquer outros índices

STF Súmula nº 544

Isenção tributárias concedidas, sob condição onerosa, não podem ser livremente suprimidas.

STJ Súmula nº 555

Quando não houver declaração do débito, o prazo decadencial quinquenal para o Fisco constituir o crédito tributário conta-se exclusivamente na forma do art. 173, I, do CTN, nos casos em que a legislação atribui ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa.

STJ Súmula nº 560

A decretação da indisponibilidade de bens e direitos, na forma do art. 185-A do CTN, pressupõe o exaurimento das diligências na busca por bens penhoráveis, o qual fica caracterizado quando infrutíferos o pedido de constrição sobre ativos financeiros e a expedição de ofícios aos registros públicos do domicílio do executado, ao Denatran ou Detran.

STJ Súmula nº 625

O pedido administrativo de compensação ou de restituição não interrompe o prazo prescricional para a ação de repetição de indébito tributário de que trata o art. 168 do CTN nem o da execução de título judicial contra a Fazenda Pública.

STJ Súmula nº 653

O pedido de parcelamento fiscal, ainda que indeferido, interrompe o prazo prescricional, pois caracteriza confissão extrajudicial do débito.

A entrega da Declaração de Débito e Créditos Tributários Federais - DCTF constitui crédito tributário, que pode ser cobrado após a compensação ser considerada não declarada pela autoridade competente, sendo afastada, portanto, a decadência.

STJ. 2ª Turma. REsp 1.826.743-RS, Rel. Min. Francisco Falcão, julgado em 9/5/2023 (Informativo 774).

A responsabilidade pelo adimplemento dos débitos tributários que recaiam sobre o bem imóvel é do arrematante havendo expressa menção no edital de hasta pública nesse sentido.

STJ. 2ª Turma. AgInt no REsp 1.921.489-RJ, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 28/2/2023 (Informativo 767).

Se houve o pagamento do crédito tributário, mas, posteriormente, há declaração de nulidade do lançamento em razão da inconstitucionalidade da base de cálculo utilizada pelo fisco, o contribuinte tem direito à restituição do que pagou indevidamente; e o fisco, se não decaído o direito de lançar e houver norma legal embasadora, deve constituir novo crédito tributário, por meio de outro lançamento, não se podendo aproveitar o anterior, uma vez que não se admite a correção do critério jurídico anterior.

STJ. 1ª Turma. AgInt no REsp 2.001.298-PR, Rel. Min. Benedito Gonçalves, julgado em 29/8/2022 (Informativo Especial 8).

Na ausência de legislação estadual específica que conceda o direito à postergação do vencimento ou à suspensão da exigibilidade das prestações dos parcelamentos de tributos estaduais, não há como se estender os efeitos de normas aplicáveis no âmbito dos tributos federais ou do Simples Nacional, ou mesmo benefícios concedidos por outro Estado da Federação, aos tributos devidos em razão da pandemia (Covid-19).

STJ. 2ª Turma. RMS 67.443-ES, Rel. Min. Assusete Magalhães, julgado em 15/03/2022 (Info 729).

O recolhimento do tributo a município diverso daquele a quem seria efetivamente devido não afasta a aplicação da regra da decadência prevista no art. 173, I do CTN.

STJ. 1ª Turma. AREsp 1.904.780-SP, Rel. Min. Gurgel de Faria, julgado em 14/12/2021 (Info 723).

É inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário.

STF. Plenário. RE 1063187/SC, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 24/9/2021 (Info 1031).

O concurso de preferência entre os entes federados na cobrança judicial dos créditos tributários e não tributários, previsto no parágrafo único do art. 187 da Lei nº 5.172/66 (Código Tributário Nacional) e no parágrafo único do art. 29 da Lei nº 6.830/80 (Lei de Execuções Fiscais), não foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988.

A Súmula 563 do STF foi cancelada. O entendimento contido na Súmula 497 do STJ está superado.

STF. Plenário. ADPF 357/DF, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgado em 24/6/2021 (Info 1023).

É inconstitucional, por afronta ao art. 146, III, b, da CF, a expressão 'ou parcelados sem garantia' constante do parágrafo único do art. 73, da Lei nº 9.430/96, incluído pela Lei nº 12.844/13, na medida em que retira os efeitos da suspensão da exigibilidade do crédito tributário prevista no CTN.

STF. Plenário. RE 917285, Rel. Min Dias Toffoli, julgado em 18/08/2020.

O Secretário de Estado da Fazenda não está legitimado a figurar, como autoridade coatora, em mandados de segurança que visam evitar a prática de lançamento fiscal.

STJ. 2ª Turma. RMS 54.823-PB, Rel. Min. Assusete Magalhães, julgado em 26/05/2020 (Info 673).

O trânsito em julgado da anulação ou da reforma de acórdão favorável a contribuinte marca o início do prazo prescricional para o Fisco cobrar o crédito tributário.

STJ. 1ª Turma. AREsp 1.280.342-RS, Rel. Min. Gurgel de Faria, julgado em 15/10/2019 (Info 660).

O parcelamento de ofício da dívida tributária não configura causa interruptiva da contagem da prescrição, uma vez que o contribuinte não anuiu.

STJ. 1ª Seção. REsp 1.658.517-PA, Rel. Min. Napoleão Nunes, julgado em 14/11/2018 (Info 638).

As condições para a concessão de parcelamento tributário devem estrita observância ao princípio da legalidade e não há autorização para que atos infralegais tratem de condições não previstas na lei de regência do benefício.

STJ. 1ª Turma. REsp 1739641-RS, Rel. Min. Gurgel de Faria, julgado em 21/06/2018 (Info 629).

A revogação de liminar que suspendeu a exigibilidade do crédito tributário ocasiona a retomada do lapso prescricional para o Fisco,

desde que inexistente qualquer outra medida constante do art. 151 do CTN ou recurso especial / extraordinário dotado de efeito suspensivo.

STJ. 1ª Seção. EAREsp 407.940-RS, Rel. Min. Og Fernandes, julgado em 10/5/2017 (Info 605).

A Empresa de Correios e Telégrafo pode pleitear a repetição do indébito relativo ao ISS sobre serviços postais, independentemente de provar ter assumido o encargo pelo tributo ou estar expressamente autorizada pelos tomadores dos serviços.

STJ. 2ª Turma. REsp 1.642.250-SP, Rel. Min. Herman Benjamin, julgado em 16/3/2017 (Info 602).

A mora injustificada ou irrazoável do Fisco em restituir o valor devido ao contribuinte caracteriza a resistência ilegítima autorizadora da incidência da correção monetária.

STF. Plenário. RE 299605 AgR-ED-EDv/PR, Rel. Min. Edson Fachin, julgado em 6/4/2016 (Info 820).

COMPENSAÇÃO

STJ Súmula nº 213

O **mandado de segurança** constitui **ação adequada** para a **declaração do direito** à **compensação** tributária.

STJ Súmula nº 460

É **incabível o mandado de segurança** para convalidar a **compensação** tributária realizada pelo contribuinte.

STJ Súmula nº 461

O contribuinte pode optar por receber, **por meio de precatório ou por compensação**, o **indébito tributário** certificado por sentença declaratória transitada em julgado.

STJ Súmula nº 464

A regra de **imputação** de pagamento estabelecida no Art. 354 do **Código Civil** **não se** aplica às hipóteses de **compensação tributária**.

É inconstitucional - por violar o direito fundamental de petição e o princípio da proporcionalidade - a aplicação de multa isolada pela mera não homologação de declaração de compensação quando não caracterizados má-fé, falsidade, dolo ou fraude.

STF. Plenário. ADI 4905/DF, relator Min. Gilmar Mendes, julgamento 17.3.2023 (Info 1087).

Não cabe ao contribuinte reiterar declaração de compensação com base no mesmo débito que já foi objeto de compensação anterior não homologada, ainda que a compensação se encontre pendente.

STJ. 2ª Turma. REsp 1.570.571-PB, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 15/06/2021 (Info 701).

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

STF Súmula nº 323

É **inadmissível** a apreensão de mercadorias como meio coercitivo para pagamento de tributos.

STF Súmula nº 547

Não é lícito à autoridade proibir que o contribuinte em débito adquira estampilhas, despache mercadorias nas alfândegas e exerça suas atividades profissionais.

STJ Súmula nº 392

A Fazenda Pública pode substituir a certidão de dívida ativa (CDA) **até a prolação da sentença de embargos**, quando se tratar de correção de erro material ou formal, **vedada** a modificação do sujeito passivo da execução.

STJ Súmula nº 447

Os **Estados e o Distrito Federal** são **parte legítima** na ação de restituição de **imposto de renda** retido na fonte proposto por **seus servidores**.

STJ Súmula nº 446

Declarado e não pago o débito tributário pelo contribuinte, **é legítima a recusa** de expedição de **certidão negativa** ou positiva com efeito de negativa.

STF Súmula nº 439

Estão **sujeitos a fiscalização** ou previdenciária quaisquer **livros comerciais**, **limitado o exame aos pontos objeto da investigação**.

STJ Súmula nº 188

Os **juros moratórios**, na repetição do indébito tributário, são devidos a partir do **trânsito em julgado da sentença**.

STF Súmula nº 70

É **inadmissível** a interdição de estabelecimento como meio coercitivo para cobrança de tributo.

A representação fiscal para fins penais relativa aos crimes de apropriação indébita previdenciária e de sonegação de contribuição previdenciária será encaminhada ao ministério público depois de proferida a decisão final, na esfera administrativa, sobre a exigência fiscal do crédito tributário correspondente.

STF. Plenário. ADI 4980/DF, relator Min. Nunes Marques, julgamento 10.3. (Info 1047).

A validade do protesto de CDA emitida por Fazenda Pública Estadual ou Fazenda Municipal não está condicionada à previa existência de lei local que autorize a adoção dessa modalidade de cobrança extrajudicial.

STJ. 1ª Turma. REsp 1895557-SP, Rel. Min. Gurgel de Faria, julgado em 22/06/2021 (Info 702).

É constitucional vincular o despacho aduaneiro ao recolhimento de diferença tributária apurada mediante arbitramento da autoridade fiscal.

STF. Plenário. RE 1090591, Rel. Marco Aurélio, julgado em 16/09/2020 (Info 994).

1. É constitucional o compartilhamento dos relatórios de inteligência financeira da UIF e da íntegra do procedimento fiscalizatório da Receita Federal do Brasil (RFB), que define o lançamento do tributo, com os órgãos de persecução penal para fins criminais, sem a obrigatoriedade de prévia autorização judicial, devendo ser resguardado o sigilo das informações em procedimentos formalmente instaurados e sujeitos a posterior controle jurisdicional.

STF. Plenário. RE 1055941/SP, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 4/12/2019 (Info 962).

2. O compartilhamento pela UIF e pela RFB, referente ao item anterior, deve ser feito unicamente por meio de comunicações formais, com garantia de sigilo, certificação do destinatário e estabelecimento de instrumentos efetivos de apuração e correção de eventuais desvios.

STF. Plenário. RE 1055941/SP, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 4/12/2019 (Info 962).

É ilegal a pena de perdimento do veículo pela locadora que não teve participação no crime de contrabando e/ou descaminho.

STJ. 1ª Turma. REsp 1.817.179-RS, Rel. Min. Gurgel de Faria, julgado em 17/09/2019 (Info 658).

A Fazenda Pública possui interesse e pode efetivar o protesto da CDA, documento de dívida, na forma do art. 1º, parágrafo único, da Lei n. 9.492/1997, com a redação dada pela Lei nº 12.767/2012.

STJ. 1ª Seção. REsp 1.686.659-SP, Rel. Min. Herman Benjamin, julgado em 28/11/2018 (Info 643).

É possível o protesto da Certidão de Dívida Ativa (CDA).

STJ. 2ª Turma. REsp 1126515-PR, Rel. Min. Herman Benjamin, julgado em 3/12/2013 (Info 533).

O erro culposos na classificação aduaneira de mercadorias importadas e devidamente declaradas ao fisco não se equipara à declaração falsa de conteúdo e, portanto, não legitima a imposição da pena de perdimento.

STJ. 1ª Turma. REsp 1.316.269-SP, Rel. Min. Gurgel de Faria, julgado em 6/4/2017 (Info 604).

O protesto das certidões de dívida ativa constitui mecanismo constitucional e legítimo por não restringir de forma desproporcional quaisquer direitos fundamentais garantidos aos contribuintes e, assim, não constituir sanção política.

STF. Plenário. ADI 5135/DF, Rel. Min. Roberto Barroso, julgado em 3 e 9/11/2016 (Info 846).

A Delegacia da Receita Federal deve enviar ao Ministério Público Federal os autos das representações fiscais para fins penais relativas aos crimes contra a ordem tributária previstos na Lei nº 8.137/1990 e aos crimes contra a previdência social (arts. 168-A e 337-A do CP), após proferida a decisão final, na esfera administrativa, sobre a exigência fiscal do crédito tributário correspondente, mesmo quando houver afastamento de multa agravada.

STJ. 2ª Turma. REsp 1.569.429-SP, Rel. Min. Herman Benjamin, julgado em 5/5/2016 (Info 584).

A conduta dolosa do transportador que utiliza carro próprio para conduzir ao território nacional mercadoria estrangeira sujeita à pena de perdimento acarreta a pena de perda do veículo, independentemente de o valor do carro ser desproporcional (muito superior) ao valor das mercadorias apreendidas.

STJ. 1ª Turma. REsp 1.498.870-PR, Rel. Min. Benedito Gonçalves, julgado em 12/2/2015 (Info 556).

A ausência de prévio processo administrativo não enseja a nulidade da Certidão de Dívida Ativa (CDA) nos casos de tributos sujeitos a lançamento de ofício.

STJ. 2ª Turma. AgRg no AREsp 370.295-SC, Rel. Min. Humberto Martins, julgado em 1º/10/2013 (Info 531).

IMPOSTOS FEDERAIS

IMPOSTO DE RENDA (IR)

STJ Súmula nº 125

O pagamento de férias não gozadas por necessidade do serviço não está sujeito à incidência do Imposto de Renda.

STJ Súmula nº 136

O pagamento de licença-prêmio não gozada por necessidade do serviço não está sujeito ao imposto de renda.

STJ Súmula nº 215

A indenização recebida pela adesão a programa de incentivo à demissão voluntária não está sujeita à incidência do Imposto de Renda.

STJ Súmula nº 262

Incide o Imposto de Renda sobre o resultado das aplicações financeiras realizadas pelas cooperativas.

STJ Súmula nº 386

São isentas de imposto de renda as indenizações de férias proporcionais e o respectivo adicional.

STJ Súmula nº 447

Os Estados e o Distrito Federal são partes legítimas na ação de restituição de imposto de renda retido na fonte proposta por seus servidores.

STJ Súmula nº 498

Não incide imposto de renda sobre a indenização por danos morais.

STJ Súmula nº 598

É desnecessária a apresentação de laudo médico oficial para o reconhecimento judicial da isenção do imposto de renda, desde que o magistrado entenda suficientemente demonstrada a doença grave por outros meios de prova.

STJ Súmula nº 627

O contribuinte faz jus à concessão ou à manutenção da **isenção do imposto de renda**, não se lhe exigindo a **demonstração** da contemporaneidade dos sintomas da **doença** nem da recidiva da enfermidade.

É constitucional a cobrança, em face das entidades fechadas de previdência complementar não imunes, do imposto de renda retido na fonte (IRRF) e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL).

STF. Plenário. RE 612686/SC, relator Min. Dias Toffoli, julgamento em 28.10.2022 (info 1074).

É inconstitucional norma que prevê a incidência do imposto de renda sobre valores percebidos pelo alimentado a título de alimentos ou pensão alimentícia.

STF. Plenário. ADI 5422/DF, relator Min. Dias Toffoli, julgamento em 3.6.2022 (info 1057).

Pertence ao Município, aos Estados e ao Distrito Federal a titularidade das receitas arrecadadas a título de imposto de renda retido na fonte incidente sobre valores pagos por eles, suas autarquias e fundações a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a prestação de bens ou serviços, conforme disposto nos arts. 158, I, e 157, I, da Constituição Federal.

STF. Plenário. RE 1293453/RS, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 8/10/2021 (Info 1033).

Os valores relativos à taxa Selic recebidos pelo contribuinte na repetição de indébito tributário não compõem a base de incidência do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) ou da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

STF. Plenário. RE 1063187/SC, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 24/9/2021 (Info 1031).

Os juros de mora decorrentes do pagamento em atraso de verbas alimentares a pessoas físicas escapam à regra geral da incidência do Imposto de Renda, posto que, excepcionalmente, configuram indenização por danos emergentes.

STJ. 1ª Seção. REsp 1.470.443-PR, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 25/08/2021 (Info 706).

É dos Estados e Distrito Federal a titularidade do que arrecadado, considerado Imposto de Renda, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por si, autarquias e fundações que instituírem e mantiverem, nos termos do art. 157, I, da CF/88.

STF. Plenário. RE 607886/RJ, Rel. Min. Marco Aurélio, julgado em 4/5/2021 (Info 1017).

IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS (IPI)

Súmula Vinculante STF nº 58

Inexiste direito a crédito presumido de IPI relativamente à entrada de insumos isentos, sujeitos à alíquota zero ou não tributáveis, o que não contraria o princípio da não cumulatividade.

STJ Súmula nº 411

É devida a correção monetária ao creditamento do IPI quando há oposição ao seu aproveitamento decorrente de resistência ilegítima do Fisco.

STJ Súmula nº 495

A aquisição de bens integrantes do ativo permanente da empresa não gera direito a creditamento de IPI.

É infraconstitucional, a ela se aplicando os efeitos da ausência de repercussão geral, a controvérsia relativa à incidência de IPI sobre o bacalhau seco e salgado oriundo de país signatário do GATT.

STF. Plenário. RE 627280/RJ, Rel. Min. Roberto Barroso, julgado em 18/3/2022 (Info 1047).

É constitucional a fixação de alíquotas de IPI superiores a zero sobre garrações, garrafas e tampas plásticas, ainda que utilizados para o acondicionamento de produtos essenciais.

STF. Plenário. RE 606314/PE, Rel. Min. Roberto Barroso, julgado em 11/5/2021 (Info 1016).

O direito ao crédito presumido de IPI só surge na data de exportação e não na data de aquisição dos insumos.

STJ. 1ª Turma. REsp 1.168.001-RS, Rel. Min. Sérgio Kukina, julgado em 17/11/2020 (Info 684).

É constitucional a incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI no desembaraço aduaneiro de bem industrializado e na saída do estabelecimento importador para comercialização no mercado interno.

STF. Plenário. RE 946.648/SC, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 24/08/2020

Havendo mero deslocamento para outro estabelecimento ou para outra localidade, permanecendo o produto sob o domínio do contribuinte, não haverá incidência do IPI.

STJ. 1ª Turma. REsp 1.402.138-RS, Rel. Min. Gurgel de Faria, julgado em 12/05/2020 (Info 672).

IMPOSTOS ESTADUAIS

ICMS

Súmula Vinculante STF nº 32

O ICMS **não incide** sobre **alienação de salvados de sinistro** pelas seguradoras.

Súmula Vinculante STF nº 48

Na **entrada de mercadoria importada** do exterior, é **legítima a cobrança do ICMS** por ocasião do **desembarço aduaneiro**.

STJ Súmula nº 95

A **redução da alíquota** do imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) ou do Imposto de Importação (II) **não aplica redução do ICMS**.

STJ Súmula nº 155

O ICMS **incide** na **importação de aeronave**, por pessoa física, para **uso próprio**.

STJ Súmula nº 163

O **fornecimento de mercadorias com simultânea prestação de serviço em bares**, restaurantes e estabelecimentos similares constitui **fato gerador do ICMS** a incidir sobre o valor total da operação

STJ Súmula nº 166

Não constitui fator gerador do ICMS o **simples deslocamento de mercadoria** de um para outro estabelecimento do mesmo contribuinte.

STJ Súmula nº 198

Na **importação do veículo** por pessoa física, destinado a **uso próprio**, **incide o ICMS**.

STJ Súmula nº 237

Nas operações com **cartão de crédito**, os encargos relativos ao financiamento **não são considerados no cálculo do ICMS**.

STJ Súmula nº 334

O ICMS não incide no serviço dos provedores de acesso à internet.

STJ Súmula nº 350

O ICMS não incide sobre o serviço de habilitação de telefone celular.

STJ Súmula nº 391

O ICMS Incide sobre o valor da tarifa de energia elétrica correspondente à demanda de potência efetivamente utilizada.

STJ Súmula nº 395

ICMS incide sobre o valor da venda a prazo constante da nota fiscal.

STJ Súmula nº 431

É ilegal a cobrança de ICMS com base no valor da mercadoria submetido ao regime de pauta fiscal.

STJ Súmula nº 432

As empresas de construção civil não estão obrigadas a pagar ICMS sobre mercadorias adquiridas como insumos em operações interestaduais.

STJ Súmula nº 457

Os descontos incondicionais nas operações mercantis não se incluem na base de cálculo do ICMS.

STJ Súmula nº 509

É lícito ao comerciante de boa-fé aproveitar os créditos de ICMS decorrentes de nota fiscal posteriormente declarada inidônea, quando demonstrada a veracidade da compra e venda.

STF Súmula nº 573

Não constitui fato gerador do imposto de circulação de mercadorias a saída física de máquinas, utensílios e implementos a título de comodato.

STF Súmula nº 575

À mercadoria importada de país signatário do GATT, ou membro da ALALC, **estende-se a isenção** do imposto sobre circulação de mercadorias **concedida a similar nacional**.

STJ Súmula 649

Não incide ICMS sobre o serviço de **transporte interestadual** de mercadorias destinadas **ao exterior**.

STF Súmula 660

Não incide ICMS na **importação** de bens por pessoa física ou jurídica que **não seja contribuinte** do imposto.

STF Súmula 661

Na entrada de **mercadoria importada** do exterior, é **legítima a cobrança do ICMS** por ocasião do **desembarço aduaneiro**.

STF Súmula 662

É **legítima a incidência do ICMS** na comercialização de exemplares de **obras cinematográficas**, gravados em fitas de videocassete.

O adicional de bandeiras tarifárias deve integrar a base de cálculo do ICMS, por se correlacionar na definição do "valor da operação", quando da apuração do consumo da energia elétrica pelos usuários do sistema.

STJ. 1ª Turma. AREsp 1.459.487-RS, Rel. Min. Benedito Gonçalves, julgado em 6/6/2023 (Informativo 778)

O ICMS compõe a base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), quando apurados na sistemática do lucro presumido.

STJ. 1ª Seção. REsp 1.767.631-SC, Rel. Min. Regina Helena Costa, Rel. para acórdão Min. Gurgel de Faria, julgado em 10/5/2023 (Informativo 774).

O diferimento do ICMS relativo à saída do álcool etílico anidro combustível (AEAC) das usinas ou destilarias para o momento da saída da gasolina C das distribuidoras (Convênios ICMS 80/1997 e 110/2007) não gera o direito de crédito do imposto para as distribuidoras.

STF. Plenário. RE 781.926/GI, relator Min. Dias Toffoli, julgamento em 24.3.2023 (Info 1088).

É constitucional o critério previsto no § 7º do art. 11 da Lei Complementar nº 87/1996, na redação dada pela Lei Complementar nº 190/2022, que considera como Estado destinatário, para efeito do recolhimento do diferencial de alíquota do ICMS, aquele em que efetivamente ocorrer a entrada física da mercadoria ou o fim da prestação do serviço, uma vez que conforme a Emenda Constitucional nº 87/2015.

STF. Plenário. ADI 7.158/DF, relator Min. Roberto Barroso, julgamento em 6.2.2023 (Info 1081).

Os programas de diferimento ou postergação de pagamento de ICMS - a exemplo do FOMENTAR e do PRODUIR, do Estado de Goiás - não violam o sistema constitucional de repartição de receitas tributárias previsto no art. 158, IV, da Constituição Federal, desde que seja preservado o repasse da parcela pertencente aos municípios quando do efetivo ingresso do tributo nos cofres públicos estaduais.

STF. Plenário. RE 1.288.634/GO, relator Min. Gilmar Mendes, julgamento 16.12.2022 (Info 1080).

A instituição de hipótese de substituição tributária do ICMS, imputando-se a estabelecimento atacadista o dever de recolhimento do tributo em relação às operações subsequentes, pode ser feita por meio de lei ordinária estadual, devidamente regulamentada por decreto.

STF. Plenário. ADI 5702/RS, relator Min. André Mendonça, julgamento em 21.10.2022 (Info 1073).

A redução de alíquota do ICMS requer a comprovação do impacto financeiro e orçamentário, além da celebração de convênio entre os estados e o Distrito Federal e a demonstração da essencialidade dos bens e serviços.

STF. Plenário. ADI 6152/MA, relator Min. Edson Fachin, julgamento em 30.9.2022 (Info 1070).

São inconstitucionais normas estaduais que fixam a alíquota do ICMS para operações de fornecimento de energia elétrica e serviços de comunicação em patamar superior à cobrada sobre as operações em geral.

STF. Plenário. ADI 7111/PA, relator Min. Edson Fachin, julgamento em 26.8.2022 (Info 1065).

É inconstitucional norma distrital ou estadual que, mesmo adotando a técnica da seletividade, prevê alíquota de ICMS sobre energia elétrica e serviços de comunicação - os quais consistem sempre em itens essenciais - mais elevada do que a incidente sobre as operações em geral.

STF. ADI 7117/SC, ADI 7123/DF, relator Min. Dias Toffoli (Info 1.060).

É constitucional a inclusão do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS na base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta – CPRB.

STF. Plenário. RE 1187264/SP, Rel. Min. Marco Aurélio, redator do acórdão Min. Alexandre de Moraes, julgado em 24/2/2021 (Info 1006). STJ. 1ª Seção.

O incentivo fiscal outorgado por Estado-membro por meio de desoneração relativa ao ICMS não integra a base de cálculo do IRPJ e CSLL.

STJ. 1ª Turma. REsp 1.222.547-RS, Rel. Min. Regina Helena Costa, julgado em 08/03/2022 (Info 728).

É constitucional a lei estadual ou distrital que, com amparo em convênio do CONFAZ, conceda remissão de créditos de ICMS oriundos de benefícios fiscais anteriormente julgados inconstitucionais.

STF. Plenário. RE 851421/DF, Rel. Min. Roberto Barroso, julgado em 17/12/2021 (Info 1042).

As operações relativas ao licenciamento ou cessão do direito de uso de “software”, padronizado ou elaborado por encomenda, são tributáveis pelo ISS, e não pelo ICMS.

STF. Plenário. ADI 5576/SP, Rel. Min. Roberto Barroso, julgado em 2/8/2021 (Info 1024).

É inconstitucional decreto estadual que atribua às empresas geradoras de energia elétrica a responsabilidade por substituição tributária pelo recolhimento do ICMS.

STF. Plenário. ADI 6144/AM e ADI 6624/AM, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 2/8/2021 (Info 1024).

A inadimplência do usuário não afasta a incidência ou a exigibilidade do ICMS sobre serviços de telecomunicações.

STF. Plenário. RE 1003758/RO, Rel. Min. Marco Aurélio, redator do acórdão Min. Alexandre de Moraes, julgado em 14/5/2021 (Info 1017).

O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS.

STF. Plenário. RE 574706/PR, Rel. Min. Carmen Lúcia, julgado em 13/05/2021.

A substituição tributária progressiva do ICMS reclama previsão em lei complementar federal.

STF. Plenário. RE 598677/RS, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 26/3/2021 (Info 1011).

Segundo o art. 155, § 2º, X, “b”, da CF/88, cabe ao Estado de destino, em sua totalidade, o ICMS sobre a operação interestadual de fornecimento de energia elétrica a consumidor final, para emprego em processo de industrialização, não podendo o Estado de origem cobrar o referido imposto.

STF. Plenário. RE 748543, Rel. Marco Aurélio, Relator p/ Acórdão Alexandre de Moraes, julgado em 05/08/2020 (Info 990).

O adquirente de boa-fé não pode ser responsabilizado pelo tributo que deixou de ser oportunamente recolhido pela empresa vendedora que realizou a operação mediante indevida emissão de nota fiscal.

STJ. 1ª Turma. AREsp 1.198.146-SP, Rel. Min. Gurgel de Faria, julgado em 04/12/2018 (Info 640).

É inconstitucional norma de Constituição Estadual que confira competência ao Tribunal de Contas do Estado para “homologar os cálculos das cotas do ICMS devidas aos Municípios”.

STF. Plenário. ADI 825/AP, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 25/10/2018 (Info 921).

É devida a restituição da diferença do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pago a mais no regime de substituição tributária para a frente se a base de cálculo efetiva da operação for inferior à presumida.

STF. Plenário. RE 593849/MG, Rel. Min. Edson Fachin, julgado em 19/10/2016 (info 844).

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incide sobre a tarifa de assinatura básica mensal cobrada pelas prestadoras de serviço de telefonia, independentemente da franquía de minutos concedida ou não ao usuário.

STF. Plenário. RE 912888/SP, Rel. Min. Teori Zavascki, j. em 13/10/2016 (Info 843).

É inconstitucional a incidência da contribuição ao PIS e da COFINS não cumulativas sobre os valores recebidos por empresa exportadora em razão da transferência a terceiros de créditos de ICMS.

STF. Plenário. RE 6061107, Rel. Min. Rosa Weber, j. em 22/05/2013.

É constitucional a inclusão do valor do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS na sua própria base de cálculo.

STF. Plenário. RE 582461, Rel. Min. Gilmar Mendes, j. em 18/05/2011.

ITCD

STF Súmula nº 112

O imposto de transmissão "causa mortis" é **devido** pela **alíquota** vigente ao **tempo da abertura da sucessão**.

STF Súmula nº 113

O imposto de transmissão "causa mortis" é **calculado** sobre o valor dos bens **na data da avaliação**.

STF Súmula nº 114

O imposto de transmissão "causa mortis" **não é exigível** antes da **homologação do cálculo**.

STF Súmula nº 115

Sobre os **honorários do advogado** contratado pelo **inventariante**, com a homologação do juiz, **não incide** o imposto de transmissão "causa mortis".

STF Súmula nº 331

É legítima a **incidência** do imposto de transmissão "causa mortis" no **inventário por morte presumida**.

STF Súmula nº 590

Calcula-se o **imposto de transmissão "causa mortis"** sobre o **saldo credor da promessa de compra e venda de imóveis**, no momento da **abertura da sucessão** do promitente vendedor.

É vedado aos estados e ao Distrito Federal instituir o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) nas hipóteses dispostas no art. 155, § 1º, III, da Constituição Federal, sem a edição da lei complementar federal exigida pelo referido dispositivo constitucional.

STF. Plenário. ADI 6828/AL, relator Min. André Mendonça, julgamento em 28.10.2022 (Info 1074).

O seguro de vida VGBL não integra a base de cálculo do ITCMD.

STJ. 2ª Turma. REsp 1.961.488-RS, Rel. Min. Assusete Magalhães, julgado em 16/11/2021 (Info 718).

No caso do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCMD, referente a doação não oportunamente declarada pelo contribuinte ao fisco estadual, a contagem do prazo decadencial tem início no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado, observado o fato gerador, em conformidade com os arts. 144* e 173, I, ambos do CTN.

STJ. 1ª Seção. REsp 1.841.798/MG, Rel. Min. Benedito Gonçalves, julgado em 20/04/2021 (Info 694).

É vedado aos estados e ao Distrito Federal instituir o ITCMD nas hipóteses referidas no art. 155, § 1º, III, da Constituição Federal sem a intervenção da lei complementar exigida pelo referido dispositivo constitucional.

STF. Plenário. RE 851108/SP, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 27/2/2021 (Info 1007).

A lei pode prever a técnica da progressividade tanto para os impostos pessoais como também para os reais.

O § 1º do art. 145 da CF/88 não proíbe que os impostos reais sejam progressivos.

O ITCMD (que é um imposto real) pode ser progressivo mesmo sem que esta progressividade esteja expressamente prevista na CF/88.

Ao contrário do que ocorria com o IPTU (Súmula 668-STF), não é necessária a edição de uma EC para que o ITCMD seja progressivo.

STF. Plenário. RE 562045/RS, rel. orig. Min. Ricardo Lewandowski, red. p/ o acórdão Min. Cármen Lúcia, 6/2/2013 (Info 694).

IPVA

Não afronta o fato gerador do IPVA (propriedade do veículo pela instituição arrendante) e nem altera o sujeito passivo da obrigação tributária a isenção relativa aos veículos adquiridos por meio de arrendamento mercantil (“leasing”) e usados no transporte individual de passageiros, na categoria aluguel, prestado por permissionários (taxistas).

STF. Plenário. ADI 2298/RS, relator Min. Nunes Marques, julgamento em 23.9.2022 (Info 1071).

É inconstitucional condicionar o benefício de isenção fiscal do IPVA quanto à propriedade de veículos utilizados para o serviço de transporte escolar com a filiação de seus motoristas profissionais autônomos a sindicato ou cooperativa.

STF. Plenário. ADI 5268/MG, relator Min. Dias Toffoli, julgamento em 5.8.2022 (Info 1062).

A cobrança do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) somente pode ser realizada pelo Estado em que o contribuinte mantém sua sede ou domicílio tributário.

STF. Plenário. RE 1016605, Redator do acórdão Min. Alexandre de Moraes, julgado em 16/09/2020.

Não incide IPVA sobre veículo automotor adquirido, mediante alienação fiduciária, por pessoa jurídica de direito público.

STF. Plenário. RE 727851, Rel. Marco Aurélio, julgado em 22/06/2020 (Info 985).

A notificação do contribuinte para o recolhimento do IPVA perfectibiliza a constituição definitiva do crédito tributário, iniciando-se o prazo prescricional para a execução fiscal no dia seguinte à data estipulada para o vencimento da exação.

STJ. 1ª Seção. REsp 1.320.825-RJ, Rel. Min. Gurgel de Faria, julgado em 10/8/2016 (Info 588).

A cientificação do contribuinte para o recolhimento do IPVA pode ser realizada por qualquer meio idôneo, como o envio de carnê ou a publicação de calendário de pagamento, com instruções para o pagamento.

STJ. 1ª Seção. REsp 1320825/RJ, Rel. Min. Gurgel de Faria, julgado em 10/08/2016.

IMPOSTOS MUNICIPAIS

ISS

Súmula Vinculante STF nº 31

É **inconstitucional** a **incidência** do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - **ISS** sobre operações de **locação de bens móveis**.

STJ Súmula nº 138

O **ISS** **incide** na operação de **arrendamento mercantil** de coisas **móveis**.

STJ Súmula nº 156

A prestação de **serviço de composição gráfica, personalizada e sob encomenda**, ainda que envolva fornecimento de mercadorias, está sujeita, **apenas, ao ISS**.

STJ Súmula nº 167

O **fornecimento de concreto**, por empreitada, para construção civil, preparado no trajeto até a obra em **betoneiras acopladas a caminhões**, é prestação de serviço, sujeitando-se **apenas a incidência do ISS**.

STJ Súmula nº 274

O **ISS** **incide** sobre o valor dos **serviços de assistência médica**, incluindo-se neles as **refeições**, os **medicamentos** e as **diárias** hospitalares.

STJ Súmula nº 524

No tocante à base de cálculo, o **ISSQN** **incide apenas sobre a taxa de agenciamento** quando o serviço prestado por sociedade empresária de trabalho temporário for de **intermediação**, **devendo, entretanto**, englobar também os valores dos **salários e encargos sociais** dos trabalhadores por ela contratados nas hipóteses de **fornecimento de mão de obra**.

STF Súmula nº 588

O imposto sobre serviços **não incide** sobre os **depósitos, as comissões e taxas de desconto**, cobrados pelos estabelecimentos bancários.

São inconstitucionais - por violarem o princípio da segurança jurídica e representarem ameaça à estabilidade do pacto federativo fiscal - dispositivos de leis complementares federais que, ao alterar a Lei Complementar 116/2003 (que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, de competência dos municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências), fixaram o recolhimento do tributo no domicílio do tomador de serviços, em hipóteses específicas.

STF. Plenário. ADI 5.835/DF, relator Ministro Alexandre de Moraes, julgamento virtual finalizado em 2.6.2023. Informativo 1097.

A base de cálculo do ISS é o preço do serviço de construção civil contratado, não sendo possível deduzir os materiais empregados, salvo se produzidos pelo prestador fora do local da obra e por ele destacadamente comercializados com a incidência do ICMS.

STJ. 1ª Turma. REsp 1.916.376-RS, Rel. Min. Gurgel de Faria, julgado em 14/3/2023 (Informativo 769).

É constitucional a incidência de ISS sobre a cessão de direito de uso de espaços em cemitérios para sepultamento, pois configura operação mista que, como tal, engloba a prestação de serviço consistente na guarda e conservação de restos mortais inumados.

STF. Plenário. ADI 5869/DF, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgado em 8/3/2023 (Info 1083).

A inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita) é passível sim de tributação por ISS.

STF. Plenário. ADI 6034/RJ, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 8/3/2022 (Info 1046).

É legítima a incidência do ISSQN nas prestações de serviços de reparos navais em embarcações de bandeira estrangeira em águas marítimas no território nacional.

STJ. 1ª Turma. REsp 1.805.226-SP, Rel. Min. Sérgio Kukina, julgado em 09/11/2021 (Info 719).

É incompatível com a Constituição Federal disposição normativa a prever a obrigatoriedade de cadastro, em órgão da Administração municipal, de prestador de serviços não estabelecido no território do Município e imposição ao tomador da retenção do Imposto Sobre Serviços – ISS quando descumprida a obrigação acessória.

STF. Plenário. RE 1167509/SP, Rel. Min. Marco Aurélio, julgado em 27/2/2021 (Info 1007).

Incide apenas o imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS), e não o imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS), nas operações envolvendo o fornecimento de programas de computador mediante contrato de licenciamento ou cessão do direito de uso, tanto para os “softwares” padronizados quanto para aqueles produzidos por encomenda e independentemente do meio utilizado para a transferência, seja por meio de “download” ou por acesso em nuvem.

STF. Plenário. ADI 5659/MG, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 24/2/2021 (Info 1007).

A atividade de armazenamento de cargas em terminal portuário alfandegado está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN.

STJ. 1ª Turma. REsp 1.805.317/AM, Rel. Min. Gurgel de Faria, julgado em 09/02/2021 (Info 685).

Incide ISS sobre as operações de venda de medicamentos preparados por farmácias de manipulação sob encomenda.

Incide ICMS sobre as operações de venda de medicamentos por elas ofertados aos consumidores em prateleira.

STF. Plenário. RE 605552, Rel. Dias Toffoli, julgado em 05/08/2020 (Info 994).

É taxativa a lista de serviços sujeitos ao ISS a que se refere o art. 156, III, da Constituição Federal, admitindo-se, contudo, a incidência do tributo sobre as atividades inerentes aos serviços elencados em lei em razão da interpretação extensiva.

STF. Plenário. RE 784439, Rel. Rosa Weber, julgado em 29/06/2020 (Info 991).

É inconstitucional lei municipal que estabelece impeditivos à submissão de sociedades profissionais de advogados ao regime de tributação fixa em bases anuais na forma estabelecida por lei nacional.

STF. Plenário. RE 940769/RS, Rel. Edson Fachin, julgado em 24/4/2019 (Info 938).

As operadoras de planos de saúde realizam prestação de serviço sujeita ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, previsto no art. 156, III, da CF/88.

STF. Plenário. RE 651703/PR, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 29/09/2016 (Info 841). STF. Plenário. RE 651703 ED-primeiros a terceiros/PR, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 28/2/2019 (Info 932).

É inconstitucional lei municipal que veicule exclusão de valores da base de cálculo do ISSQN fora das hipóteses previstas em lei complementar nacional. Também é incompatível com o texto constitucional medida

fiscal que resulte indiretamente na redução da alíquota mínima estabelecida pelo art. 88 do ADCT, a partir da redução da carga tributária incidente sobre a prestação de serviço na territorialidade do ente tributante.

STF. Plenário. ADPF 190/SP, Rel. Min. Edson Fachin, julgado em 29/09/2016 (Info 841).

Incide ISS (e não ICMS) sobre o serviço de montagem de pneus, ainda que a sociedade empresária também forneça os pneus utilizados na montagem.

STJ. 2ª Turma. REsp 1.307.824-SP, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 27/10/2015 (Info 573).

Não se aplica à prestação de serviços de registros públicos cartorários e notariais a sistemática de recolhimento de ISS prevista no § 1º do art. 9º do DL nº 406/1968.

REsp 1.328.384-RS, Rel. originário Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Rel. para acórdão Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 4/2/2013.

IPTU

Súmula Vinculante STF nº 52

Ainda quando alugado a terceiros, permanece imune ao IPTU o imóvel pertencente a qualquer das entidades referidas pelo art. 150, VI, "c", da Constituição Federal, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades para as quais tais entidades foram constituídas.

STJ Súmula nº 160

É defeso, ao Município, atualizar o IPTU, mediante decreto, em percentual superior ao índice oficial de correção monetária.

STJ Súmula nº 397

O contribuinte do IPTU é notificado do lançamento pelo envio do carnê ao seu endereço.

STJ Súmula nº 399

Cabe à legislação municipal estabelecer o sujeito passivo do IPTU.

STF Súmula nº 539

É constitucional a lei do município que reduz o imposto predial urbano sobre imóvel ocupado pela residência do proprietário, que não possua outro.

STF Súmula nº 583

Promitente comprador de imóvel residencial transcrito em nome de autarquia é contribuinte do imposto predial territorial urbano.

STF Súmula nº 589

É inconstitucional a fixação de adicional progressivo do imposto predial e territorial urbano em função do número de imóveis do contribuinte.

STJ Súmula nº 614

O locatário não possui legitimidade ativa para discutir a relação jurídico-tributária de IPTU e de taxas referentes ao imóvel alugado nem para repetir indébito desses tributos.

STJ Súmula nº 626

A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no art. 32, § 1º, do CTN.

STF Súmula nº 668

É inconstitucional a lei municipal que tenha estabelecido, antes da Emenda Constitucional 29/2000, alíquotas progressivas para o IPTU, salvo se destinada a assegurar o cumprimento da função social da propriedade urbana.

É constitucional a lei municipal que delega ao Poder Executivo a avaliação individualizada, para fins de cobrança do IPTU, de imóvel novo não previsto na Planta Genérica de Valores, desde que fixados em lei os critérios para a avaliação técnica e assegurado ao contribuinte o direito ao contraditório.

STF. Plenário. ARE 1.245.097/PR, relator Ministro Roberto Barroso, julgamento virtual finalizado em 2.6.2023. Informativo 1098.

O credor fiduciário, antes da consolidação da propriedade e da imissão na posse no imóvel objeto da alienação fiduciária, não pode ser considerado sujeito passivo do IPTU, uma vez que não se enquadra em nenhuma das hipóteses previstas no art. 34 do CTN.

STJ. 1ª Turma. AREsp 1.796.224-SP, Rel. Min. Gurgel de Faria, julgado em 16/11/2021 (Info 720).

São constitucionais as leis municipais anteriores à Emenda Constitucional nº 29/2000, que instituíram alíquotas diferenciadas de IPTU para imóveis edificados e não edificados, residenciais e não residenciais.

STF. Plenário. RE 666156, Rel. Roberto Barroso, julgado em 11/05/2020 (Info 982).

A qualificação de imóvel como estação ecológica limita o direito de propriedade, o que afasta a incidência do IPTU.

STJ. 2ª Turma. REsp 1.695.340-MG, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 17/09/2019 (Info 657).

O termo inicial do prazo prescricional da cobrança judicial do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU - inicia-se no dia seguinte à data estipulada para o vencimento da exação.

STJ. 1ª Seção. REsp 1.658.517-PA, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, julgado em 14/11/2018 (recurso repetitivo) (Info 638).

A imunidade recíproca, prevista no art. 150, VI, “a”, da Constituição Federal, não se estende a empresa privada arrendatária de imóvel público, quando seja ela exploradora de atividade econômica com fins lucrativos. Nessa hipótese é constitucional a cobrança do IPTU pelo Município.

STF. Plenário. RE 594015/DF, Rel. Min. Marco Aurélio, julgado em 6/4/2017 (Info 860).

A Planta Genérica de Valores, por conter dados indispensáveis à apuração da base de cálculo do IPTU, deve ser objeto de publicação oficial.

A mera afixação da Planta de Valores no átrio da sede do município não supre essa exigência de publicação oficial.

STJ. 2ª Turma. REsp 1.645.832/SP, Rel. Min. Herman Benjamin, julgado em 07/03/2017.

O fato de parte de um imóvel urbano ter sido declarada como Área de Preservação Permanente (APP) e, além disso, sofrer restrição administrativa consistente na proibição de construir (nota “non aedificandi”) não impede a incidência de IPTU sobre toda a área do imóvel.

STJ. 2ª Turma. REsp 1.482.184-RS, Rel. Min. Humberto Martins, julgado em 17/3/2015 (Info 558).

O fisco, verificando a divisão de imóvel preexistente em unidades autônomas, pode proceder às novas inscrições de IPTU, ainda que não haja prévio registro das novas unidades em cartório de imóveis.

STJ. 1ª Turma. REsp 1.347.693-RS, Rel. Min. Benedito Gonçalves, julgado em 11/4/2013 (Info 520).

Não incide IPTU, mas ITR, sobre imóvel localizado na área urbana do Município, desde que comprovadamente utilizado em exploração extrativa, vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial (art. 15 do DL 57/1966).

STJ. Resp 1.112.646/SP

ITBI

STF Súmula nº 75

Sendo Vendedora uma **autarquia**, a **sua imunidade fiscal não** compreende o **imposto de transmissão "inter vivos"**, que é encargo do comprador.

STF Súmula nº 108

É **legítima a incidência** do imposto de transmissão "inter vivos" sobre o valor do imóvel **ao tempo da alienação** e **não da promessa**, na conformidade da legislação local.

STF Súmula nº 470

O imposto de transmissão "inter vivos" **não incide** sobre a **construção, ou parte dela, realizada, inequivocamente, pelo promitente comprador**, mas sobre o valor do que tiver sido construído antes da promessa de venda.

STF Súmula nº 656

É **inconstitucional** a lei que estabelece **alíquotas progressivas** para o imposto de transmissão inter vivos de bens imóveis - **ITBI** com base no valor venal do imóvel.

A aquisição de imóvel para a composição do patrimônio do Fundo de Investimento Imobiliário, efetivada diretamente pela administradora do fundo e paga por meio de emissão de novas quotas do fundo aos alienantes, configura transferência a título oneroso de propriedade de imóvel para fins de incidência do ITBI, na forma do art. 35 do Código Tributário Nacional e 156, II, da Constituição Federal, ocorrendo o fato gerador no momento da averbação da propriedade fiduciária em nome da administradora no cartório de registro imobiliário.

STJ. 1ª Turma. AREsp 1.492.971-SP, Rel. Min. Gurgel de Faria, julgado em 28/2/2023 (Informativo 765).

A base de cálculo do ITBI é o valor do imóvel transmitido em condições normais de mercado, não estando vinculada à base de cálculo do IPTU, que nem sequer pode ser utilizada como piso de tributação;

O valor da transação declarado pelo contribuinte goza da presunção de que é condizente com o valor de mercado, que somente pode ser afastada pelo fisco mediante a regular instauração de processo administrativo próprio (art. 148 do CTN);

O Município não pode arbitrar previamente a base de cálculo do ITBI com respaldo em valor de referência por ele estabelecido unilateralmente.

STJ. 1ª Seção. REsp 1.937.821-SP, Rel. Min. Grgel de Faria, julgado em 24/02/2022 (Info 730).

O fato gerador do imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis (ITBI) somente ocorre com a efetiva transferência da propriedade imobiliária, que se dá mediante o registro.

STF. Plenário. ARE 1294969 RG, Rel. Min. Presidente, julgado em 11/02/2021.

A nulidade de negócio jurídico de compra e venda de imóvel viabiliza a restituição do valor recolhido pelo contribuinte a título de ITBI.

STJ. 1ª Seção. EREsp 1.493.162-DF, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, julgado em 14/10/2020 (Info 682).

A imunidade em relação ao ITBI, prevista no inciso I do § 2º do art. 156 da Constituição Federal, não alcança o valor dos bens que exceder o limite do capital social a ser integralizado.

STF. Plenário. RE 796.376/PE, Rel. para acórdão Ministro Alexandre de Moraes, julgado em 5/08/2020.

OUTROS TEMAS

STJ Súmula nº 353

As disposições do **Código Tributário Nacional** **não** se aplicam às contribuições para o **FGTS**.

STF Súmula nº 664

É **inconstitucional** o inciso V do art. 1º da Lei 8.033/90, que instituiu a **incidência** do imposto nas operações de crédito, câmbio e seguros - **IOF** sobre **saques** efetuados em caderneta de **poupança**.

É inconstitucional, por violação à cláusula constitucional da não afetação da receita oriunda de impostos e à autonomia municipal, norma estadual que determina a forma de aplicação dos recursos destinados ao município em razão da repartição constitucional de receitas.

STF. Plenário. ADI 2355/PR, relator Min. Nunes Marques, julgamento em 16.9.2022 (Info 1068).

A atividade desenvolvida pelo Estado no âmbito da segurança pública é mantida ante impostos, sendo imprópria a substituição, para tal fim, de taxa.

STF. Plenário. ADI 4411, Rel. Marco Aurélio, julgado em 18/08/2020 (Info 992).

É inconstitucional norma de Constituição Estadual que confira competência ao Tribunal de Contas do Estado para “homologar os cálculos das cotas do ICMS devidas aos Municípios”.

STF. Plenário. ADI 825/AP, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 25/10/2018 (Info 921).

O pedágio cobrado pela efetiva utilização de rodovias NÃO tem natureza tributária, mas de preço público, consequentemente, não está sujeito ao princípio da legalidade estrita.

STF. Plenário. ADI 800/RS, Rel. Min. Teori Zavascki, julgado em 11/6/2014 (Info 750).